

Expressões de vida: atitudes perante a morte na Capitania de Goiás setecentista

Deuzair José da Silva

Doutorando em História (Universidade Federal de Goiás)
Professor da Universidade Estadual de Goiás, em Iporá

Resumo: Este artigo enfoca as atitudes da comunidade de Goiás setecentista em torno da morte, amparado nos aportes da história cultural e dos estudos de história regional. Foram examinados os documentos do Projeto Resgate, os Compromissos das Irmandades e os Termos das Visitas Pastorais, Cartas Pastorais, Provisões, Certificados e Editais. Os documentos indicam que a população estabelecia uma série de atos no trato da morte e do *post mortem* desenvolvidos principalmente pela Igreja e as Irmandades terceiras que, atuando e controlando as ações fúnebres, permitiam a elas interferir fortemente na vida diária da sociedade, com maior destaque para o catolicismo.

Palavras-chaves: Morte; Ritual; Símbolo; Vida.

Abstract: This article focuses on the attitude towards death in the state of Goiás in the 18th century, supported by cultural history and regional history studies. Documents from projects and sororities such as Projeto Resgate and Compromisso das Irmandades, as well as Pastoral visitation documents, Pastoral letters, provisions, certificates, and memoranda. The documents imply that the population had established a series of acts in treating death and post-mortem developed mostly by the Church and third-party sororities which, by acting and controlling funeral actions, granted the power to interfere strongly in the daily life of this society, giving special attention to Catholicism.

Keywords: Death; Ritual; Symbol; Life.

Resúmen: Se analizan las actitudes de la comunidad de Goias del siglo XVIII, alrededor de la muerte, sustentado en los aportes de la historia cultural y regional. Fueran examinados los documentos del Proyecto Resgate, los Compromissos de las Hermandades y los documentos de las Visitas Pastorales, Cartas Pastorales, Provisiones, Certificados y Editales. Los documentos indican que la población establecía una série de actos referentes a la muerte y de lo post mortem desarrollados principalmente por la Iglesia y las Hermandades terciaras, que actuando y controlando las acciones fúnebres permitian a ellas interferir fuertemente en la vida cotidiana de la sociedad, con su mayor destaque para el catolicismo.

Palabras-clave: Muerte; Ritual; Símbolo; Vida.

Acolhei com bondade no vosso reino os nossos irmãos e irmãs que partiram desta vida e todos os que morreram na vossa amizade. Unidos a eles, esperamos também nós saciar-nos eternamente da vossa glória, quando enxugardes toda lágrima dos nossos olhos. Então, contemplando-vos como sois, seremos para sempre semelhantes a vós e cantaremos sem cessar os vossos louvores por Cristo, Senhor nosso (Bíblia Sagrada, 1990, 14).

As investigações das atitudes perante a morte é algo que tem nos chamado a atenção há algum tempo. Como estudiosos de história ficávamos “curiosos” diante dos rituais que eram cumpridos no momento da morte, observáveis principalmente nas cidades do interior. O defunto era colocado com os pés voltados para a porta de saída da casa, explicando isso as pessoas dizem tratar-se de um sinal de que ele não vai mais voltar. No cemitério, dá-lhe entrada pelos pés, agora a situação é contrária à de sua residência, ele vai ficar ali e não sairá. A colocação de cruzeiros nos túmulos, a passagem pela Igreja e as missas de corpo presente e posteriores – sétimo dia, mês, ano – são algumas das inquietações que nos levaram ao interesse de estudar e examinar o comportamento da comunidade frente às questões relativas ao assunto.

Os estudos voltados para objetos mais circunscritos têm aumentado, constantemente, no seio da produção histórica brasileira. Vários pesquisadores vêm se debruçando, em pesquisas regionais ou locais, e/ou até mesmo biográficas, como exemplo: o Professor Ronaldo Vainfas, que lançou recentemente pela Companhia das Letras *Traição – um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. Nesse livro, o autor analisa a vida do Jesuíta Manoel de Moraes, missionário em Pernambuco, durante o domínio holandês no nordeste açucareiro, que em 1630, torna-se um combatente da resistência e, depois, muda de lado. Abandona o catolicismo e vai para a Holanda, posteriormente, resolve fazer o caminho de volta, sua história é a de um homem dividido entre a riqueza e a salvação da alma.¹

Goiás, também se insere nesse contexto com trabalhos que buscam elucidar a história do estado. Não obstante, as pesquisas sobre a morte são poucas e daí a vontade de investigá-la, enfocando os aspectos do cotidiano *mortis* da capitania, seus rituais e sua religiosidade. Vislumbramos nisto a possibilidade de investigar um rico filão histórico e um tema ainda pouco explorado por aqui, oportunizando preencher uma importante lacuna da historiografia local relativa ao século XVIII. Empreitada difícil, diante da quase inexistência de trabalhos sobre o assunto, praticamente se limita aos estudos encabeçados e

¹ Ronaldo Vainfas, *Traição – um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008).

coordenados pela professora Maria Elízia Borges da Faculdade de Artes, da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Nosso projeto procurou investigar as atitudes da comunidade em torno da morte, no período setecentista e na sua construção foram examinados os documentos do Projeto Resgate do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEH-BC), os Compromissos das Irmandades e os Termos das Visitas Pastorais, Cartas Pastorais, Provisões, Certificados e Editais. Amparamo-nos em aportes da história cultural, a qual permite estabelecer indagações importantes, mas também sugere o cuidado de se estabelecer suas fronteiras. Peter Burke em *O que é História Cultural?*, diz que a técnica da história cultural, entre as décadas de 1960 e 1990, caracterizaram-se por uma guinada rumo à Antropologia e com ganhos para ambas: “Uma das mudanças mais significativas que se seguiu a esse longo momento de encontro entre história e antropologia – encontro que ainda não chegou ao fim, embora provavelmente esteja menos estreito – foi o uso do termo ‘cultura’ no plural e em sentido cada vez mais amplo.”²

A cultura está “localizada” no fazer-ser da comunidade. São atitudes e normas de conduta que regulam a atividade diária de um povo. Pierre Vilar exemplifica isto de maneira feliz, ao comentar numa entrevista de Marcia Mansor D’Alessio sobre a atitude de lamentação de um camponês francês diante de uma fatalidade natural – uma tempestade. O mais interessante nessa passagem é a decepção do camponês pela falta do vigário que se encontrava em férias e havia viajado. Ele poderia ter contornado a situação com suas preces e orações.³ O exemplo dessa passagem destacada pelo entrevistado evidencia um avanço trazido pela história cultural, ao nos possibilitar outros caminhos interpretativos de uma dada realidade e/ou, menos audaciosamente, propormos elementos ao debate.

Caminhos que permitam observar as rugosidades particulares de cada comunidade e suas ligações com os complexos eixos da sociedade investigada. A pesquisa tem um recorte regional e como tal é preciso definir e esclarecer o conceito de região. Este deve propiciar a compreensão das heterogeneidades da comunidade em estudo, abarcando uma perspectiva que mostre o seu modo distinto de viver, sua singularidade espacial. Recorremos à proposição da professora Vera Silva, pois o seu conceito possibilita um debate bastante profícuo:

A região só se entende, então, metodologicamente falando, como parte de um sistema de relações que ela integra. Deve, portanto, ser definida por referência ao sistema que fornece seu princípio de identidade. Assim,

² Peter Burke, *O que é história cultural?* (Rio de Janeiro: Zahar, 2005), 44.

³ Marcia M. D’Alessio, *Reflexões sobre o saber histórico* (São Paulo: Unesp, 1998), 46.

pode-se falar tanto de uma região no sistema internacional, como de uma região dentro do estado nacional ou dentro de uma das unidades de um sistema político federativo. Pode-se falar, igualmente, de uma região cujas fronteiras não coincidam com fronteiras políticas juridicamente definidas.⁴

Desta maneira, a ação humana se torna mais importante que o meio, na elaboração e construção do espaço, da região. Isto a torna social, resultado de práticas coletivas, a práxis social. Assim, a construção do espaço é um processo social, da mesma forma que este é um processo espacial. Moraes, com base em Milton Santos, afirma: “[...] é necessário discutir o espaço social, e ver a produção do espaço como o objeto. Este espaço social ou humano é histórico, obra do trabalho, morada do homem.”⁵

O descobrimento de Goiás é creditado ao bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, cognominado Anhanguera. Sua bandeira saiu de São Paulo, em 1722, e, depois de três anos de andanças, descobre ouro nas margens do Rio Vermelho, onde seria erguido, posteriormente, o arraial de Sant’Anna, mais tarde elevado à categoria de vila. A região era conhecida como Gerais, uma denominação que compreendia um espaço enorme do interior da colônia e, nesta época, ainda pouco explorado pelo colonizador. A mineração, a pecuária e a atividade de subsistência são as responsáveis pela sua colonização.

Sendo considerado o descobrimento uma ação dos paulistas e seu terreno pertencente à capitania de São Paulo, o território goiano, desde o início, foi administrado por essa capitania, tendo em Vila Boa um superintendente de Minas. Duas décadas após, a Coroa portuguesa resolve tornar Goiás independente de São Paulo, alçando-a à categoria de Capitania com sede em Vila Boa; título que a antiga capital, hoje, patrimônio histórico da humanidade, concedido pela UNESCO, ostentará até a criação da atual capital Goiânia na década de trinta do século passado. Em 1749, chega, em Goiás o primeiro governador e capitão-general, Conde dos Arcos.⁶

O cotidiano setecentista, em Goiás, é caracterizado pelo improvisado e mobilidade na ocupação. Urge a necessidade de iniciar rapidamente os trabalhos, as pessoas concentravam seus esforços na atividade extrativa, postergando detalhes que permitissem um maior conforto na habitação, a extensão do veio aurífero ou diamantino é que determinavam a sua existência, semelhante a outras regiões de minas. Assim, as casas são simples e muitas limitadas a um

⁴ Vera A. C. Silva, “Regionalismo: o enfoque metodológico e concepção histórica,” in Marcos A. da, org., *República em migalhas: história regional e local*, (São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1990), 43.

⁵ Antonio C. R. Moraes, *Geografia: pequena história crítica*, (São Paulo: Hucitec, 1993), 123.

⁶ Luís Palacín e Maria A de S. Moraes, *História de Goiás*, (Goiânia: Ed. da UCG, 1994), 5-28.

cômodo, os móveis são poucos e toscos, explicado até pela falta de mão-de-obra especializada, fato que vai se alterando no decorrer do tempo, com a construção de casas e fabricação de móveis que davam mais aconchego. Fica claro que a questão econômica falava mais alto do que as boas condições de viver. Algumas povoações surgiam da noite para o dia e desapareciam com a mesma rapidez com o esgotamento do veio mineratório ou da confirmação da sua pouca rentabilidade.

O estilo de vida da capitania na sua fase inicial foi forjado externamente, os bandeirantes e seus seguidores, logo após a descoberta do metal precioso, adaptaram, aqui, um modelo trazido de Portugal. Este é um dos traços mais debatidos e já consolidados pela historiografia regional ou mesmo nacional. No entanto, questões como: a alimentação com suas fontes e horários, a religiosidade, a morte e os rituais desta, merecem mais questionamentos e contribuirão muito no enriquecimento dos estudos sobre o período. Ateremos aqui na maneira cotidiana de “enfrentamento” da morte e ao aspecto religioso contido no ato.

Por cotidiano, entendemos aquilo que recentemente tem sido de forma genérica denominado de história da vida privada. Uma aproximação grosseira de “recuperar” os modos de vida do dia a dia da população. Com base em Le Goff, Mary Del Priore estabelece um caminho que acreditamos ser o rumo a ser trilhado, diz ela:

Numa tentativa de definição, Le Goff diz que a história do cotidiano se situaria no ‘cruzamento de alguns novos interesses da história’. Através da arqueologia o historiador se veria compelido a estudar a cultura material e os vestígios de práticas capazes de lhe explicar a vida diária das populações. Os instrumentos de trabalho, os restos alimentares, os utensílios ou o mobiliário presentes no dia-a-dia de diversas culturas seriam interpretados com igual dimensão científica ou estética que a empregada para a análise das ‘grandes obras de arte’.⁷

Estes “novos interesses” querem dizer que o estudo não é uma mera descrição, mas sim uma compreensão das atitudes dos atores sociais de uma dada sociedade, procurando examinar os “papéis” ocupados nos diferentes aspectos da vida desde a produção dos bens materiais necessários à sua existência orgânica àqueles de ordem abstrata, que nada mais são do que a prática de sua cultura.

⁷ Mary Del Priore, “História do cotidiano e da vida privada,” in *Ciro F. Cardoso e Ronaldo Vainfas, orgs., Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia* (Rio de Janeiro: Campus, 1997), 261-2.

A cultura consiste na totalidade dos produtos do homem. Alguns destes são materiais, outros não. O homem produz instrumentos de espécie imaginável, e por meio deles modifica o seu ambiente físico e verga a natureza à sua vontade. O homem produz também a linguagem e, sobre esse fundamento e por meio dele, um imponente edifício de símbolos que permeiam todos os aspectos de sua vida. Há boas razões para pensar que a produção de uma cultura não-material foi sempre de par com a atividade do homem de modificar fisicamente o seu ambiente.⁸ Os atributos da sociedade passam, então, a serem vistos a partir da lógica do enfrentamento das classes constitutivas dessa, e não de uma proposta unilateral de uma delas, o indivíduo se vê, assim, envolvido em todos os momentos da vida social, passando, desta maneira, a responsável direto pelos destinos da mesma e participante das esferas decisórias. Se se credita à cultura o *status* de objetividade, isso dá-se em dois sentidos. A cultura é objetiva por se defrontar ao homem como um conjunto de objetos do mundo real existente fora de sua consciência. A cultura está *lá*. Mas a cultura também é objetiva porque pode ser experimentada e apreendida, por assim dizer, em companhia. A cultura *lá está à disposição de qualquer um*. O que significa que os objetos da cultura (repetimos, os materiais e os não-materiais) podem ser compartilhados com os outros.⁹

Sob este prisma, a cultura é dialética, ela é: produtora e produto das intervenções humanas. Nosso objetivo é traçar uma análise que possibilite cruzar como se estabeleciam as relações de produção e reprodução dos bens da sociedade. Os documentos indicam que a população estabelecia uma série atos no trato das questões fúnebres, desenvolvidos principalmente pelo catolicismo e as Irmandades terceiras. O trabalho de ambas permitia a elas interferir fortemente na vida diária da sociedade, com maior destaque para a Igreja. Entenda-se que não estamos falando de uma relação de mão única, mas sim dialética. A população internaliza os dogmas da Igreja e subverte-os ao seu modo, aquela tem também de se adequar à realidade do meio. No Brasil colonial, a Igreja tem feições bem distintas do que era encontrado na Europa, lá o leigo terá pouca participação, enquanto aqui sua presença é forte, através da participação nas confrarias religiosas e com o predomínio do feitio devocional, traduzidos em romarias, promessas, procissões, ex-votos, festas em honra aos santos, tendo estas um estilo social e popular. Soma-se a isso a diminuta autoridade do Papa na colônia, limitando-se a referendar as medidas e decisões tomadas pelos reis portugueses.¹⁰ A colonização da América portuguesa teve

⁸ Peter L. Berger, *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião* (São Paulo: Paulus, 1985), 19.

⁹ Berger, 23.

¹⁰ Eduardo Hoornaert *et al.*, *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo* (Petrópolis: Edições Paulinas/Vozes, 1983), II/1, 170-1.

nas orientações reformistas do Concílio de Trento uma de suas principais características, perpassando a existência temporal e a vida depois da morte. A Igreja Tridentina deu uma grande importância aos aspectos visíveis da fé. Essa mentalidade prosseguiu dominando nos séculos seguintes. Por essa razão, a implantação e a organização da Igreja colonial terá como característica uma Igreja marcada pelo culto exterior, pelas festas, procissões e romarias. Aliás, tudo isso estava bem de acordo com a mentalidade medieval. Dava-se maior importância aos símbolos exteriores da fé do que à mesma vivência interior.

Dominam no Brasil colônia as manifestações públicas da fé. Os nascimentos, os casamentos, os enterros, as recepções e os festejos estão sempre marcados pelas cerimônias cristãs.¹¹

Aliado do Reino Português – de acordo com o estabelecido nas relações do padroado -,¹² o catolicismo exerceu importante papel na colonização brasileira, atuando e regulando fortemente o imaginário da sociedade. Além do domínio religioso, a Igreja ministrava praticamente todo o ensino que era oferecido, o que lhe permitia ampliar e muito o raio de interferência no dia a dia da comunidade, controlando o saber e a verdade sobre quase tudo. Isto pode ser resumido da seguinte forma: “Nos cronistas que narram os feitos da evangelização encontramos uma identificação na prática entre diversas terminologias: aumento da religião cristã (discurso universalista), pregação do evangelho (discurso doutrinário), salvação das almas (discurso soteriológico), redução dos índios (discurso guerreiro e redutivo).”¹³

As evidências sobre o sucesso da internalização de tais atitudes por parte da população parecem ser grandes a julgar pelo predomínio do catolicismo na colônia, religião praticamente una, de oficial no império e de papel relevante em solo brasileiro até o momento. Mesmo que se admita o fato de ter sido um braço da colonização reinol com todo apoio oficial, temos que aquiescer que os vínculos entre o povo e o catolicismo são de certa maneira inquestionáveis, haja vista a importância que eles têm, ainda hoje, como destacamos acima.

Herdeiro de tradições medievais, como foi dito por nós, o catolicismo, desenvolvido no Brasil, dava forte importância à vida após a morte. Isso fez com a população criasse uma série de atos relativos ao bem morrer. A morte estava constantemente rondando a população no período colonial, com os colonos

¹¹ Hoornaert, 155-6.

¹²“§ 1. O direito de padroado dos reis de Portugal só pode ser entendido dentro de todo o contexto da história medieval. Na realidade, não se trata de uma usurpação dos monarcas portugueses de atribuições religiosas da Igreja, mas de uma forma típica de compromisso entre a Igreja de Roma e o governo de Portugal. Unindo aos direitos políticos de realeza os títulos de grão-mestre de ordens religiosas, os monarcas portugueses passaram a exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso, principalmente nas colônias e domínios de Portugal”. Extraído de Hoornaert, 163.

¹³ Hoornaert, 26.

enfrentando muitas dificuldades de sobrevivência e de adaptação à nova terra. Deficiências alimentares, doenças, acidentes, problemas de acesso aos bens de consumo necessários no dia a dia e a falta de agentes de saúde elevavam a taxa de mortalidade na colônia, e, no caso dos bandeirantes, este índice crescia ainda mais por causa das moléstias tropicais que grassavam e/ou nas guerras com os nativos. A precariedade existencial explicitada acima, reforça a presença sinistra da morte fazendo sua “colheita” e que pode ser melhor compreendida nas preocupações do conde Sarzedas contidas em uma carta ao rei, onde relata em 1734 o seguinte: “[...] se lhe há de por barca por conta da Fazenda Real ou se mande obrigar os moradores do dito caminho, a fazer-lhes pontes para se frequentar o caminho das ditas minas e se evitarem os prejuízos que se experimentam nas demoras das ditas passagens, pelas doenças que causam as inundações dos rios.”¹⁴

A dúvida da sobrevivência, a que chamamos antes de precariedade existencial obrigava os habitantes a colocarem na ordem do dia os atos relativos à morte. Os bandeirantes normalmente não partiam sem antes confessar e registrar os seus testamentos, um sacramento absolutamente necessário. A exigência da presença de religiosos nas expedições reforça a tese da incerteza da vida material e também sobre as dúvidas que pairavam sobre o além, daí todos quererem ter o controle sobre as ações em torno da morte e estarem preparados para quando passassem para a eternidade.

Se morriam no sertão, os piratininganos dos primeiros tempos proviam, com frequência, a elaboração do testamento, e recebiam os últimos cuidados religiosos. Assim, reproduzia-se naquelas lonjuras um ritual profundamente identificado com a vida privada. As bandeiras não deixavam de levar capelães, mesmo porque morria muita gente.¹⁵

Fá-lo muita vez o bandeirante na véspera da partida. Assim, Antônio Rodrigues de Miranda: *por estar de caminho para o sertão buscar meu remédio e por ser mortal e não saber a hora que hei de dar conta de minha vida*. Assim, Pedro Madeira: *por não saber da morte nem da vida nesta viagem que fazer aos Guaianases*. Assim Francisco Ribeiro: *se Nosso Senhor fizer de mim alguma cousa nesta viagem que ora faço adonde Deus me guiar*.¹⁶

¹⁴ Revista do Arquivo Histórico Estadual. n. 2 (Goiânia: AHE, Outubro de 1980), 44.

¹⁵ Laura de Mello e Souza, “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações,” in Laura de Mello e Souza, *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, (São Paulo: Cia da Letras, 1997), 54.

¹⁶ Alcântara MACHADO. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 213. (Grifos do autor).

É interessante observarmos que, mesmo diante de tantas agruras, estas pessoas buscam realizar, ao menos em parte, alguns traços dos seus costumes habituais. Tais atitudes mostram que a morte é um ato profundamente ritualizado. A consciência e a experiência da morte fizeram com que os homens, desde os seus primórdios, elaborassem uma vastidão de imagens sobre ela, transformando a percepção humana da vida, da morte e do mundo. Tocado pela morte, o homem preenche seu medo, sua angústia e sua recusa a ela através de mitos, magias, religiões. Constrói sepulturas, cria ritos fúnebres, refletindo a morte não só como um fenômeno objetivo e empírico, mas também subjetivo e simbólico.

Os rituais cumprem sua função de regeneração. Esses e o luto significam agregação, anunciam um novo tempo no qual a ausência de quem morreu deverá ser incorporada paulatinamente pelos que ficaram. A diversidade dos modos de representação e ritualização da morte, nas diferentes culturas, ocorrem em virtude dos diversos aspectos que a circundam e que o ritual encena e dramatiza.

Nossas atitudes são com algum exagero, parte de um imenso ritual, que cumprimos diariamente em todos os aspectos. Rito, mito e religião são indissociáveis e dão feições às nossas ações, cumprindo cada um, papel essencial no nosso cotidiano. Os rituais são sequências temporais de ações – humanas – . A esta altura torna-se imprescindível uma compreensão mínima da definição de rito, acreditamos que o conceito de Claude Rivière possibilita abarcarmos com satisfação a discussão.

Conjunto de condutas individuais ou coletivas, relativamente codificadas, com base corporal (verbal, gestual, postural), de caráter mais ou menos repetitivo, com forte carregamento simbólico para seus atores e habitualmente para os seus assistentes, condutas essas fundamentadas numa adesão mental, muitas vezes inconsciente, a valores relativos a escolhas consideradas como importantes, e cuja eficácia não depende de uma lógica puramente empírica que se esgotaria na instrumentalidade técnica da ligação entre causa e efeito.¹⁷

O rito é então uma base de sustentação da comunidade, e permite que as intersecções de um momento de fortes mudanças possam dar a estabilidade e unidade. Eles dão representação formal aos símbolos criados por esta. Os símbolos são elementos elaborados coletivamente e possibilitam a coesão do grupo. Muitos veem, no rito, tão-somente os significantes, isto é, a parte concreta do signo. É mister ir além das aparências e buscar-lhe o significado, quer dizer, a parte abstrata, o sentido profundo.

Embora se tenha que admitir a importância da tradição e da dispersão por migrações, casos há e muito numerosos em que essas imagens pressupõem uma camada psíquica coletiva: é o inconsciente coletivo. Mas, como este não é verbal, quer dizer, não podendo o inconsciente se manifestar de forma conceitual,

¹⁷ Claude Rivière, *Os ritos profanos* (Petrópolis: Vozes, 1996), 10-11.

verbal, ele o faz através de símbolos. Atente-se para a etimologia de símbolo, do grego “sýmbolon”, do verbo “symbállein”, “lançar com”, arremessar ao mesmo tempo, “com-jogar”. De início, símbolo era um sinal de reconhecimento: um objeto dividido em duas partes, cujo ajuste e confronto permitiam aos portadores de cada uma das partes se reconhecerem. O símbolo é, pois, a expressão de um conceito de equivalência. Assim, para se atingir o mito, que se expressa por símbolos, é preciso fazer uma equivalência, uma “con-jugação”, uma “re-união”, porque, se o signo é sempre menor do que o conceito que representa, o símbolo representa sempre mais do que seu significado evidente e imediato.

A pergunta a se fazer é: O que estes atos representam para a população? A ritualização permite construir e manter elos que proveem uma comunidade e/ou um povo de meios mínimos de unidade. A unidade fornece segurança e estabilidade necessárias à manutenção desses, sem isso o grupo não tem como sobreviver, pois perde a sua base de sustentação. Os ambientes sociais são constantemente criados e recriados dando coerência e regulação às atitudes, onde os “vácuos” da individualidade são preenchidos e subsidiados por elementos exteriores que lhe dão significação: é a cultura. “[...]. A ideia freudiana central de que todo ser humano está contínua e inextricavelmente envolvido com outros e de que a psicologia individual e a social são no fundo a mesma é uma versão moderna e sofisticada da velha ideia – tão antiga quanto Platão – de que o indivíduo é a cultura escrita em letras minúsculas, e a cultura, o indivíduo escrito em letras maiúsculas.”¹⁸

Em síntese, assumimos a postura de que a cultura é o resultado de ações conjuntas de todos os elementos ou classes que compõem uma determinada formação social e que ela não é uma manifestação exterior, mas intimamente ligada a toda produção do grupo. Aliás, trata-se de uma posição já amplamente adotada por grande parte dos historiadores e antropólogos de que é impossível o estudo da cultura sem relação com o social e vice-versa.

Postuladas algumas ideias mínimas de ordem teórica, cremos poder retomar o objeto de nosso estudo: a morte e a religiosidade. A palavra morte aparece frequentemente associada à ideia de finitude, encerramento de um ciclo, de uma etapa, de uma existência, no nosso caso, do corpo. No ideário cristão a morte não é um fim. O corpo – matéria – encerra uma existência e começa uma outra mais importante: a vida eterna, aliás, uma crença bastante difundida na época colonial e que até hoje faz parte do comportamento de uma grande parcela da população. As pessoas estavam constantemente preocupadas com ela, já que ninguém queria habitar as profundezas do Inferno e a alma recebia uma atenção especial. O tema revela um dos cuidados correntes no

¹⁸ Peter Gay, *Freud para historiadores* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989), 123.

imaginário daquele tempo: uma boa morte.

A morte ideal não devia ser uma morte solitária, privada. Ela se encontrava mais integrada ao cotidiano extradoméstico da vida, desenhando uma fronteira tênue entre o privado e o público. Quando o fim se aproximava, o doente não se isolava num quarto hospitalar, mas esperava a morte em casa, na cama em que dormira, presidindo a própria morte diante de pessoas que circulavam incessantemente em torno de seu leito – a morte representava ‘uma manifestação social’, como a definiu Philippe Ariès.¹⁹

A população se preocupava em cumprir todo um conjunto de posturas a fim de garantir um bom destino às almas, principalmente nos seus instantes iniciais. Trabalho este normalmente a cargo das irmandades. Estas se encarregavam de importantes tarefas na luta por um bom lugar no paraíso:

Em dia do Srº Sam Miguel Arcanjo em vinte e nove de setembro se fará menção pelos oficiais e mais Irmaus. [...] Avera nesta Irmandade sum apelar o qual terá obrigação de dizer as missas e dia santos pelos Irmaos vivos e defuntos aqueles dirrá logo ao amanhecer, a fim mais acompanhara as precisos das Almas e acompanhará os Irmaos defuntos.²⁰

Fica evidente a forte ritualização em torno da morte. E é justamente isto que dá sentido ao grupo e onde podemos perceber seus estilos de vida. Propiciar os sacramentos aos moribundos era uma questão essencial no cotidiano da época. Dar às pessoas os atos de confissão, penitência e extrema-unção e/ou a justificativa pela sua não execução mostram claramente que tal atitude estava fortemente interiorizada no comportamento diário da população.

Todo o Sacerdote que estando Longe ou impedido o Parocho ou capellão, Sefor chamado pº confessar algu enfermo, vª Logo Sem demora a esta diligencia e Se pelo não fazer morrer o enfermo Sem confissão Será castigado como Se foré de Justiça obrigado.²¹

A confissão é um item importante na vida do cristão. Revelação do íntimo, declaração de culpabilidade onde o fiel busca o arrependimento e o perdão divino para os seus pecados. É o seu passaporte para o paraíso. A pressa manifestada pelo visitador e as penas que incorre o religioso por sua não execução dão mostra do grau de importância do ato. João José Reis destaca a mesma situação para o século seguinte:

¹⁹ João J. Reis, “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista,” in Luiz F. de Alencastro, *História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional*, (São Paulo: Cia. das Letras, 1997), 104.

²⁰ Livro de Compromisso das Santas Almas, 1732. f. 5. IPEH-BC.

²¹ Carta de Visita do Reverendo Alexandre Marquez do Valle. Arraial de Senhora de Santa Ana. 02-11-1734. Goiás. Termos das Visitas Pastorais, Cartas Pastorais, Provisões, Certificados, Editais, etc. 1734-1824. Sociedade Goiana de Cultura. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. p. 7.

A morte também era um momento de reparação moral, no espírito do velho provérbio português: ‘A morte com honra desassombra’. Fazer justiça aos que ficavam significava limpar-se para enfrentar a justiça divina. Velhos pecados da carne eram corrigidos na hora da morte, quando pais reconheciam filhos tidos de relações ilícitas e homens casavam com amásias, às vezes escravas, fazendo-as herdeiras legítimas. (...) A hora da morte não era momento de mentiras porque, se ludibriar os que ficavam ainda era possível, não o era fazê-lo com o Pai eterno, cujo julgamento seria implacável.²²

A confissão é uma das principais ações do cristão. Além de momento de arrependimento era também o de súplica e de pedir perdão. Machado evidencia isto de forma magistral através do testamento de Gaspar Fernandes: “peço a N. Sr. Jesus Cristo me perdoe meus pecados e tome posse desta alma e a limpe com o preciosíssimo sangue que por ela derramou,”²³ Uma oração citada por Luiz Mott dá uma idéia ainda mais completa sobre o que estamos falando: “Em boa hora do Senhor e de todos seus amigos, começo agora a rezar para que o que lhe pedir na terra me seja outorgado nos céus. Os anjos do senhor dizem todos nos céus e na terra, amém,”²⁴ Retomamos, aqui, a oração da epígrafe, que apesar de ser uma publicação atual tem ligação com o que estamos estudando: “acolhei com bondade no vosso reino os nossos irmãos e irmãs que partiram desta vida e todos os que morreram na vossa amizade.”²⁵ Continuando, além das preocupações com o próximo é uma atitude de atenção consigo mesmo “Unidos a eles, esperamos também nós saciar-nos eternamente da vossa glória, quando enxugardes toda lágrima dos nossos olhos. Então, contemplando-vos como sois, seremos para sempre semelhantes a vós e cantaremos sem cessar os vossos louvores por Cristo, [...]”²⁶

Ainda sobre a confissão, essa constitui num *modus operandi* da Igreja e fórmula de controle e intervenção na sociedade, trabalhando com o sagrado, a Igreja praticamente dita as normas de conduta e prescreve atitudes, ainda mais se atentarmos para o fato de que ela era considerada a única capaz de receber os pecados cometidos e garantir a indulgência da Alma.

No Brasil colonial, seguindo o costume português, desde o despertar o cristão se via rodeado de lembranças do Reino dos Céus. Na parede contígua à cama, havia sempre algum símbolo visível da fé cristã: um quadrinho ou caixilho

²² Reis, 103-4.

²³ Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante* (Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980), 216.

²⁴ Luiz Mott, “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu,” in Laura de Mello e Souza, 166.

²⁵ “Rito da Missa: Oração Eucarística III,” *Bíblia Sagrada* (São Paulo. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990), 14.

²⁶ “Rito,” 14.

com gravura do santo anjo da guarda ou do santo onomástico; uma pequena concha com água benta; o rosário dependurado na própria cabeceira da cama. Antes de levantar-se da cama, da esteira ou da rede, todo cristão devia fazer imediatamente o sinal-da-cruz completo, recitando a jaculatória: ‘Pelo sinal da santa cruz, livrai nos Deus nosso Senhor, dos nossos inimigos. Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo, amém’.²⁷

As penitências e extremas-unções constituem também atos de forte preocupação e que indicam também parte do ritual da morte. Os Registros de Óbitos de Pirenópolis reforçam o que dissemos acima.

Aos dezenove dias do mês de julho de mil e setecentos e sessenta e um ano faleceu sem sacramentos Inácia Pedroza por ser a sua morte nascida de um parto perigoso, que teve; mulher de José Francisco Tavares, e no dia seguinte se deu a sepultura no primeiro andar das covas dentro da Capela de Nossa Senhora da Penha de França do Corumbá filial desta Matriz de Nossa Senhora do Rosário da Meia Ponte, e para que conste fiz este assento.

Ventura: aos vinte e dois dias do mês de julho de mil e setecentos e sessenta e quatro anos faleceu da vida presente com o Sacramento da Penitência e Extrema-unção Ventura adulto, escravo de José Correa Leite. Morador nesta freguesia e no mesmo dia se deu a sepultura no adro da Capela de Santo Antônio, filial desta Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, e para constar fiz este assento.²⁸

O recebimento dos sacramentos mencionado e o arrependimento dos seus pecados indicam claramente uma grande preocupação com a vida após a morte. Herança do imaginário medieval e de certa forma ligado também à baixa expectativa de vida. Os dois registros mostram também a hierarquia social vigente. Enquanto a filha de José Tavares mereceu um sepultamento no primeiro andar das covas dentro da capela, o escravo Ventura foi enterrado no pátio da igreja. A estrutura escravista vigente “ultrapassava” a existência material atingindo o além; livres e escravos continuavam segregados mesmo depois de mortos. “Em outras palavras, no moderno escravismo do continente americano a oposição senhor/escravo desdobra-se numa tensão racial que impregna toda a sociedade.”²⁹

A obtenção compulsória do trabalho é o fator explicativo para tais conflitos, a etnia delimita também a área de atuação, inserção do indivíduo, composição e formação da sociedade. O trabalho era desenvolvido por negros e índios, ao elemento branco cabe o papel de dirigente, atravessando a existência material, os exemplos de estratificação social podem ser percebidos também nas questões

²⁷ Mott, 164.

²⁸ Livro de Registro de Óbitos. Pirenópolis. IPEH-BC. Folha ?

²⁹ Alencastro, 24.

religiosas onde diversas Irmandades não aceitavam que uma outra etnia pertencesse aos seus quadros. Ressaltamos que a composição social não é o nosso objetivo de estudo, mas é preciso destacá-la para poder melhor interpretar o cotidiano, as imagens e a historiografia construída em torno desta.

O antagonismo entre as duas classes não raro desaguaram na violência de fato, fruto de uma sociedade que instituiu de forma legal a escravidão, tudo dentro do moderno direito da época. Queremos ressaltar, neste momento, que não tomamos nenhum partido por esta ou aquela fração social e nem esse é o papel dos estudiosos, ademais esse fracionamento era visto como natural. Sobre isto fala Hebe Mattos de Castro, e apesar da extensão da nota cremos ser interessante para observamos como a escravidão estava entranhada em todo o tecido social, refletindo também nos hábitos fúnebres.

Essa concepção de direito civil e natural de base monárquica e católica foi herdada do Império português, apresentando ainda claras ligações com uma concepção patrimonial do direito e da vida em sociedade. Apesar disso, a continuidade da escravidão na jovem monarquia se fez fundamentada no direito positivo: o direito de propriedade dos senhores sobre seus escravos, assimilados estes, juridicamente, a simples mercadorias. Do ponto de vista legal, portanto, esvaziava-se a relação escravista de seu liame senhorial para enfatizar seu sentido comercial. Ao fazê-lo, a monarquia exacerbava – em princípio – o poder privado dos senhores sobre seus cativos, transformado em simples direito de propriedade. Tal solução implicou, contraditoriamente, um amplo reconhecimento jurídico dos direitos civis de todos os cidadãos. Em outras palavras, ao contrário da maioria das regiões escravistas da América, o Império dispensou o discurso “científico” do tempo sobre as diferenças raciais para embasar a legitimidade da escravidão, não impondo qualquer restrição legal aos descendentes de africanos já nascidos livres.³⁰

Continuando o exame sobre a fonte citada, outro ponto merece destaque: os sepultamentos dentro das igrejas, costume antigo e que era prática em todo o Brasil. Embora, hoje, possa nos parecer estranho o hábito de inumar no interior das igrejas ou em seus arredores isso persiste por grande parte do século XIX, em algumas cidades a inexistência de cemitérios fez com que perdurasse até quase o final do período oitocentista, mesmo diante de leis já proibindo tal prática. A criação dos cemitérios, distantes dos centros urbanos, não raro foi seguida por protestos por parte da população que não queria se separar de seus mortos, ressaltamos, porém, que a criação dos cemitérios e a cessação dos enterramentos dentro das igrejas não são objetos deste trabalho, limitar-nos-emos a indicar duas leituras básicas para aqueles que se interessarem no assunto,

³⁰ Hebe M. M. De Castro. “Laços de família e direitos no final da escravidão,” in Luiz F. de Alencastro, 339-41.

e informarmos, também, que já existe uma bibliografia razoável sobre o assunto.

Em seu trabalho *A morte é uma festa* João José Reis³¹ estuda a resistência à criação de cemitérios na cidade de Salvador, fato que ficou conhecido como cemiterada. Outra referência, importante sobre o surgimento dos cemitérios extra-muros das cidades, é *O homem diante da morte* de Philippe Ariès.³² Nesta obra, o autor faz uma radiografia do comportamento em torno da morte no mundo ocidental, que se transformou num clássico sobre o tema.

O sepultamento, na parte interna das igrejas ou adjacências, possibilitava uma maior proximidade entre a alma e os seres divinos, permitindo, também, uma relação constante entre vivos e mortos. Esta “vizinhança” fazia com que os vivos cumprissem uma de suas obrigações: a reza pelos mortos, propiciando, ainda, uma maior permanência na memória das pessoas, fato que agradava a Igreja. João José Reis explica que isto lembrava os vivos de seu fenecimento, fazendo-os refletir sobre os excessos e mantendo-se fiéis e obedientes à Santa Madre.³³

Assim os mortos vieram a ocupar os mesmos templos que freqüentavam em vida, onde haviam recebido o batismo e o matrimônio, e onde agora testemunhariam e influenciariam os negócios corriqueiros da comunidade – pois naquela época as igrejas serviam de recinto eleitoral, sala de aula, auditório para debates políticos e sessões de tribunal.³⁴

Temos que levar em conta que as relações estabelecidas entre os vivos e os mortos eram outras. Havia uma maior proximidade. O cotidiano de ambos era “preenchido” por estreitas relações. Cabendo aos primeiros o cumprimento de uma série de ritos que garantissem aos últimos um bom lugar no paraíso e também dessem tranquilidade a estes:

Como é comum nas sociedades tradicionais, não havia separação radical, como hoje temos, entre a vida e a morte, entre o sagrado e o profano, entre a cidade dos vivos e a dos mortos. Não é que a morte e os mortos nunca inspirassem temor. Temia-se, e muito, a morte sem aviso, sem preparação, repentina, trágica e, sobretudo, sem funeral e sepultura adequados. Assim como se temiam os mortos que assim morriam. Mas desde que os vivos cuidassem bem de seus mortos, enterrando-os segundo os ritos adequados, eles não representariam perigo espiritual ou físico especial. Tais ritos eram experimentados por vivos e mortos, de maneira a marcar com ênfase a passagem para o outro mundo.³⁵

³¹ João J. Reis, *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* (São Paulo: Companhia das Letras, 1991).

³² Philipp Ariès, *O homem diante da morte* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982).

³³ Reis, “O cotidiano”, 124-5.

³⁴ Reis, “O cotidiano”, 125.

³⁵ Reis, “A morte”, 74.

Como já afirmamos, em outra parte do trabalho, a ritualização é parte constitutiva do imaginário da população e a criação de símbolos uma necessidade a ser preenchida. Como imprescindível é também a concepção e elaboração do seu significado. A passagem do tempo com certeza “desloca” esses significados que tomam outro sentido. A vida prossegue e toma seu curso, as intersecções e sobressaltos são naturais, coisas do ser humano. Afinal, são as perguntas que movem o mundo e não as respostas.

Considerações Finais

As limitações auto-impostas ao trabalho decorrem também da amplitude que envolve a história, principalmente quando a preocupação central é a cultura. A vida da comunidade em sua plenitude abarca um complexo e intrincado conjunto de valores, significados, códigos e símbolos. A sua explicação nunca é total, já que as relações do grupo abrangem situações que só podem ser inteligíveis e percebidas na convivência com o mesmo, tornando-se, assim, impossíveis de serem narradas. Não são apropriações particulares, fazem parte das lutas sociais, dos enfrentamentos de poder e visões de mundo, que justificam para os indivíduos as suas opções e comportamentos.

A envergadura da pesquisa e a exiguidade do tempo foram mostrando-nos que deveríamos nortear o trabalho em uma só questão. Tomamos deliberadamente a decisão de centrar o trabalho em torno da morte e da religiosidade, ainda assim, alguns pontos ficaram sem respostas, como o imaginário do medo em torno da morte e as imagens construídas em torno do mesmo. Temos claro que não esgotamos o assunto e que esse merece um empreendimento mais estruturado com aprofundamento em diversas questões e/ou a proposição de outras, já que as fontes nos permitem isso. Como exemplo, podemos destacar as questões éticas e morais adotadas pela sociedade e as ações da Igreja, esta como já dissemos, exerce um papel importante em diversos aspectos da vida da comunidade desde a moral, passando pelas orientações da vida conjugal até os cuidados com a morte e o *post-mortem*. Debates certamente ricos e interessantes, coisas do futuro que se vislumbra promissor. Inacabamento.